

GUILHERME MADEIRA DEZEM

FLEXIBILIZAÇÃO DO PROCESSO PENAL

Critérios para a busca de um
processo penal mais justo

Prefácio
Antônio Scarance Fernandes

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond e Caroline Dubovicki

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dezem, Guilherme Madeira
Flexibilização do processo penal : critérios para a busca de um processo penal mais justo / Guilherme Madeira Dezem. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0613-9

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Título.

22-126232

CDU-343.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo penal : Direito penal 343.1
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – O MUNDO FLEXIBILIZADO	25
1.1. Globalização e flexibilização.....	26
1.2. Soberania.....	30
1.2.1. Soberania e flexibilização: a mudança de paradigmas...	32
1.3. Tecnologia e flexibilização	37
1.4. O processo no mundo pautado pela flexibilização	40
CAPÍTULO 2 – FLEXIBILIZAÇÃO	51
2.1. O sentido léxico do termo flexibilização	51
2.2. A noção de flexibilização no processo.....	52
2.3. Os sistemas rígidos e os sistemas flexíveis no Direito processual penal.....	57
2.4. O caminhar do processo penal brasileiro para a flexibilização ...	60
2.5. Flexibilização em sentido amplo e em sentido estrito: regras de exceção, interpretação extensiva e equidade	62
2.6. Planos de flexibilização	65
2.7. Os parâmetros para a flexibilização em sentido estrito	68
2.7.1. Flexibilização e legalidade.....	69

2.7.2. Flexibilização e proporcionalidade.....	70
2.7.2.1. O princípio da proporcionalidade como parâmetro da flexibilização nos <i>hard cases</i>	76
2.7.3. Flexibilização e razoabilidade	78
2.8. A operação de flexibilização – Como o juiz deve atuar para flexibilizar o processo	82
2.8.1. A flexibilização e as partes	88
CAPÍTULO 3 – DIREITOS HUMANOS, DEVIDO PROCESSO LEGAL E FLEXIBILIZAÇÃO	95
3.1. Considerações iniciais	98
3.2. Características dos direitos fundamentais	98
3.3. Respeito aos Direitos Humanos e flexibilização	101
3.4. Os Direitos Humanos e as Convenções	103
3.5. Direito Internacional dos Direitos Humanos e flexibilização....	104
3.5.1. Devido processo legal na visão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	110
3.6. Direitos Humanos, devido processo legal, flexibilização e a macrocriminalidade	114
CAPÍTULO 4 – MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS E FLEXIBILIZAÇÃO	119
4.1. Flexibilização legislativa: parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade nas medidas cautelares pessoais.....	128
4.1.1. Flexibilização legislativa dirigida ao juiz e motivação.....	132
4.2. Flexibilização em relação à regra de legitimidade para requerimento das medidas cautelares	136
4.3. Flexibilização e cumulação das medidas cautelares	139

4.3.1. Flexibilização judicial, cumulação de medidas cautelares e prisão preventiva	142
4.4. Flexibilização judicial e prisão em flagrante	146
4.5. Flexibilização e Prisão Preventiva – Descumprimento de medidas cautelares pessoais.....	152
4.6. Flexibilização e medidas cautelares diversas da prisão: noções gerais	158
4.7. Flexibilização judicial das medidas cautelares diversas da prisão: Determinações e proibições de comparecimento	162
4.8. Flexibilização judicial e suspensão da função pública	165
4.9. Prisão domiciliar: medida substitutiva da prisão preventiva ...	170
CAPÍTULO 5 – FLEXIBILIZAÇÃO DO PROCESSO: PROCEDIMENTO E PROVAS.....	177
5.1. Resposta à acusação: flexibilização do prazo e do momento para arrolar testemunhas	179
5.2. Videoconferência: flexibilização de sua utilização	182
5.3. Prazo dos memoriais no procedimento comum e flexibilização.....	186
5.4. Flexibilização, prova e meios virtuais	187
5.5. O uso do Recurso em Sentido Estrito para hipóteses não previstas em lei como forma de flexibilização em sentido amplo	197
CAPÍTULO 6 – FLEXIBILIZAÇÃO E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL	201
6.1. O dever constitucional de cooperação	201
6.2. Formas de cooperação: Carta Rogatória	205

6.2.1. Noção e abrangência	206
6.3. Flexibilização na cooperação: O auxílio direto	210
6.4. Limitações à cooperação jurídica internacional.....	212
6.4.1. A solução norte-americana e a teoria do <i>non inquiry</i>	213
6.4.2. A solução espanhola e a STC 91/2000	215
6.4.3. A solução brasileira – posição do STF e do STJ: análise geral dos requisitos para a concessão do <i>exequatur</i>	217
6.5. Flexibilização do processo: a proposta de paradigma para a cooperação jurídica	223
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245